CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS

CEAS/PR

Comissão de Financiamento e Gerenciamento do Fundo

Curitiba, 26 de março de 2009

NOME	REPRESENTAÇÃO
Denise Arruda Colin	SETP/NUCLEAS
Edenilce de Fátima do Nascimento	SISMUNE
Eliana de Almeida Cézar	SETP/Gabinete
Francisco Arnaldo Fernandes	CAMUR
José Cícero dos Santos	Escola Comunitária do Trabalho
Kellen Cristina Dalcin	SETP
Kléber Durat	PROVOPAR
Neide Poltronieri	AMESFI

RELATÓRIO

1. Cartilha sobre financiamento da política de assistência social:

O Nucleas já organizou uma programática, disponibilizando técnicos para trabalhar com o material produzido pelos Conselheiros, agregando outros textos já produzidos. O Nucleas também já entrou em contato com o setor jurídico para definir a forma de pagamento do serviço, designando a Gisele Tavares, por meio de atividades já programadas.

A Comissão também discutiu a tiragem do material, analisando como ideal 3.000 exemplares.

2. Apresentação do orçamento aprovado para 2009 e Diretrizes para co-financiamento:

A Conselheira Denise Colin explicou sobre alguns projetos que serão desenvolvidos em 2009.

Dentro das diretrizes a Comissão deverá apresentar os serviços que serão financiados pelos respectivos eixos listados.

A Comissão retomou as deliberações da última Conferência Estadual unindo os serviços apresentados nas diretrizes com as solicitações apresentadas em 2007, a serem implementadas à curto prazo.

As ações propostas vem de encontro às deliberações de curto prazo da Conferência Estadual, acatando como sugestões dentro da PSE, construção de

CREAS, com destaque para algumas especificidades voltadas ao abrigamento de mulheres vítimas de violência, entre outos.

Em se tratando de capacitações, contemplar ações voltadas aos trabalhadores dos CREAS, a Gestão de Trabalho e indução a habilitação em Gestão Básica e Plena do SUAS.

3. Nota Técnica do MDS sobre saldos financeiros.

A Comissão analisou a nota expedida pelo MDS, retomando também as discussões contidas na nota elaborada pela CGM do ano de 2008.

A Comissão sugere que os Conselheiros discutam a nota em suas regiões.

4. Proposta Piso Básico de Transição.

A Conselheira Kellen explicou sobre a trajetória de composição do Piso de Transição, retomando as sugestões apresentadas pela CIT para utilização dos recursos.

Após a discussão de viabilidade a Comissão definiu algumas sugestões e encaminhamentos:

1) Quanto de recurso o Paraná recebeu por meio do PBT?
2) Quantos municípios do Paraná recebem financiamento do Governo Federal?
3) Qual é a média anual de gastos de cada CRAS?
4) Fazer uma estimativa de quantos municípios (em Gestão Básica ou Plena) poderiam ser contemplados?
5) Período de adequação (adesão).

Isso contribuirá para que seja feito uma proposta de regulação do orçamento e avanço do SUAS.

5. Protocolo de Integração de serviços e benefícios.

A Comissão sugere que seja repassado o protocolo aos demais Conselheiros e principalmente que seja discutido o seu conteúdo nas regiões, ficando para a próxima reunião uma discussão mais aprofundada e com sugestões.